

Desenvolvimentismo e cinema: convergências e contradições entre o ideário cinematográfico de Nelson Pereira dos Santos e Fernando Birri e o pensamento desenvolvimentista latino-americano.

Mônica Cristina Araújo Lima*

Resumo: Este trabalho pretende analisar as propostas teóricas dos cineastas Nelson Pereira dos Santos (1928-Brasil) e Fernando Birri (1925-Argentina) e suas relações com o pensamento nacional-desenvolvimentista latino-americano dos anos 50 e 60. Inicialmente, procuramos compreender a conceituação da ideologia desenvolvimentista, a partir do seu momento histórico. Em seguida, como a área cinematográfica refletiu este ideário reforçando ou rejeitando conceitos e preocupações.

Palavras-chave: História, Cinema, Desenvolvimentismo, América Latina.

Abstract: This work intends to analyze the theoretical proposals of filmmakers Nelson Pereira dos Santos (1928-Brazil) and Fernando Birri (1925-Argentina), and its relation with the Latin American national-development thought of years 50 and 60. Initially, we look for to understand the conceptualization of the development ideology, from its historical moment. After that, how the cinematographic area reflected this ideas strengthening or rejecting concepts and concerns.

Key-words: History, Cinema, Development, Latin America

O desenvolvimentismo e o fluxo das idéias no continente

A propagação das idéias desenvolvimentistas no continente latino-americano segue algumas matrizes comuns, principalmente no Brasil e na Argentina. Nestes países, elas foram concretizadas em projetos políticos implementados por governos claramente

* Historiadora e Doutora na Área de Comunicação e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em América Latina, da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP).

identificados com o desenvolvimentismo, Juscelino Kubitschek (1956-1961), no Brasil, e Arturo Frondizi (1958-1962), na Argentina.

Do ponto de vista teórico, os textos mais importantes associados ao desenvolvimentismo começaram a aparecer nos anos cinquenta. Eles queriam interpretar retrospectivamente a evolução da América Latina e, sobretudo, racionalizar as propostas de mudança que permitiriam o crescimento econômico e as reformas democráticas, que alguns julgavam indispensáveis.

A segunda metade da década de 50 pode caracterizar-se como um período em que a sociologia passa a discutir prioritariamente questões ligadas ao subdesenvolvimento. Em 1961, graduam-se os primeiros sociólogos da Universidade de Buenos Aires - o curso crescerá de 67 alunos, em 1957, para 1500, em 1966. Na área de ciências humanas, as interpretações ensaísticas dos teóricos dos anos precedentes foram substituídas por estudos empíricos e de maior consistência.

A formação dos centros de estudo voltados ao desenvolvimentismo, bem como a participação destes estudiosos nos cargos públicos, propiciou o fluxo de idéias entre setores intelectuais e governos. Análises baseadas em dados empíricos e pesquisas quantitativas demonstravam que as diferenças sociais, regionais e internacionais adquiriam relevância nos setores que produziam cultura. Neste sentido, organizaram-se centros de pesquisa para a formação de quadros capazes de estudar a América Latina de forma unificada. Neste momento, o conceito de continente latino-americano se afirmou em todos os setores que produziam teoria. “Nessa passagem, descobrem-se e se combatem as disparidades regionais. Nascem as fórmulas ‘duais’ atrasado/adiantado; arcaico/moderno; rural/industrial; e a fórmula mais politizada subdesenvolvido/desenvolvido. As teorias de modernização ganham notoriedade.” (MOTA, 1977, p. 154)

A ideologia desenvolvimentista rejeitava a visão do país “atrasado”, “arcaico” e rural que se ligava à tradição agro-exportadora, dominante até a II Guerra Mundial.

Na Argentina, o projeto foi sustentado por uma coligação de partidos. Destacavam-se o partido Justicialista (peronista) e a União Cívica Intransigente, dissidência da União Cívica Radical, partido que tradicionalmente se opunha aos peronistas. A busca da vitória eleitoral propiciou a união entre os dois partidos que, juntos, construiriam o projeto desenvolvimentista na Argentina. Colocados fora do cenário político pelos

militares, em 1955, os peronistas perceberam na candidatura de Arturo Frondizi a possibilidade de retornar à vida política do País.

Assim, embora o peronismo ainda continuasse proscrito, a implementação do projeto desenvolvimentista na Argentina contou com a participação da classe trabalhadora organizada. Arturo Frondizi e Juan Domingo Perón realizaram um acordo secreto que foi um dos fatores determinantes para a eleição do primeiro. Segundo Halperin Donghi, a eleição de fevereiro de 1958, na qual Arturo Frondizi obteve 40% dos votos, foi a vitória de “uma aliança da burguesia frondizista e do proletariado peronista, capitaneado necessariamente pela primeira, que realizou as transformações que a Argentina necessitava.” (DONGUI, 1970, p. 39)

O programa político deste “pacto” colocava como objetivo três questões básicas: reforma agrária, industrialização e democracia econômica. Essas políticas eram amalgamadas por um discurso desenvolvimentista cujo objetivo era indicar novos rumos para a sociedade argentina. Arturo Frondizi escreveu em seu livro, *Petróleo e Política*: “devemos realizar a revolução como transformação absoluta tanto no regime interior como no exterior de nossa sociedade. Esta revolução está historicamente vinculada ao nosso passado e também ao momento atual e ao processo que atravessa a América Latina.” (SMULOVITZ, 1988, p. 34)

Na Argentina o desenvolvimentismo, como discurso, adotou uma postura de certo modo mais radical que no Brasil, ou seja, um discurso nacionalista, antiimperialista, que se utilizava do simbolismo da revolução para convencer a população a acreditar na capacidade efetiva do novo governo de alterar estruturalmente a sociedade¹. Contudo, ao estudarmos a prática do governo frondizista, verificamos uma atitude contraditória em relação ao seu discurso.

O governo Frondizi acabou por firmar um acordo com o Fundo Monetário Internacional, liberando o câmbio, baixando salários e, sobretudo, abrindo o País ao investimento estrangeiro, particularmente nos setores básicos. Esta política contrariava

¹ Refiro-me aqui às questões relacionadas à fragmentação da União Cívica Radical, que se dividiu em dois partidos, a União Cívica Radical Intransigente e União Cívica Radical do Povo e a forte influência dos setores peronistas ainda presentes na sociedade argentina.

o receituário da CEPAL² que pregava investimentos, principalmente na indústria pesada, e prioridade para o mercado interno.

No Brasil, o governo de Juscelino Kubitschek, resultado da coligação entre o PSD (Partido Social Democrático) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), tomou posse em 31 de janeiro de 1956 e durou até 1961. Também representou a união entre partidos que representavam interesses distintos, o primeiro identificado com a burguesia e o segundo com os trabalhadores. O exercício do poder acabou representando a consolidação de um setor das classes dominantes identificados com os interesses industriais. Desde a II Guerra Mundial, o país vinha diversificando o seu parque industrial e perseguindo uma política de substituição de importações. Com Juscelino, o Brasil desenvolveu novos setores industriais, em especial o automobilístico.

Segundo Halperin Dongui, no Brasil, assim como na Argentina, o desenvolvimentismo será uma resposta articulada de setores da classe dominante, apoiados pelos comunistas. Para resolver os problemas do subdesenvolvimento, foi criado, inclusive, um organismo específico para pensar o país em termos sócio-econômicos, o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros).³

² A elaboração da ideologia desenvolvimentista está estreitamente ligada às formulações da CEPAL - Comissão Econômica para América Latina. MORAES (1995, p. 19) afirma que a CEPAL estava entre as prioridades das Nações Unidas: “ao lado da recuperação das regiões devastadas pela guerra, impunha-se a necessidade de definir uma política frente ao subdesenvolvimento.” Em 1947, o Conselho Econômico e Social (CES) nomeara um *comitê ad hoc* para estudar a conveniência da criação da CEPAL, chegando às seguintes conclusões:

a) As economias latino-americanas necessitavam de uma ajuda para a reconstrução, uma vez que haviam sido fustigadas por um desgaste anormal durante a guerra.

b) Observa-se uma tendência à deteriorização dos termos de troca, prejudicial à América Latina.

c) As economias dessa região tendiam a um crescimento excessivamente lento.

A criação da CEPAL foi uma conjugação de interesses norte-americanos e dos governos latino-americanos, embora a princípio os países do primeiro mundo demonstrassem resistências quanto a sua criação, principalmente os EUA. Mas, após a II Guerra Mundial, o governo norte-americano tinha duas preocupações básicas para deter a propagação da ideologia comunista (guerra fria): restaurar as economias dos países destruídos pela guerra (Europa) e dos países que viviam historicamente na pobreza (latino-americanos e africanos). Em 1948, a CEPAL foi criada, em caráter temporário, como resultado das deliberações da VI Reunião do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, tornando-se órgão permanente em 1951.

³ O ISEB foi fundado no início de 1955, no governo Café Filho, e extinto em 1964, pela ditadura militar. O lançamento do livro inaugural do ISEB, *Introdução aos Problemas Brasileiros*, aconteceu em 1956 e foi baseado em ciclo de debates com o mesmo nome. O ISEB se originou a partir do IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociedade e Política) que aglutinou um grupo de intelectuais, muitos deles ex-assessores de Getúlio Vargas, também chamados de “grupo de Itatiaia”, local onde se reuniram pela primeira vez. Os teóricos do ISEB se encontravam inicialmente no escritório de Hélio Jaguaribe, sociólogo, advogado e empresário. Ele foi figura central do grupo. Depois passaram a dar conferências no Ministério da Educação e em 1957, obtiveram uma sede própria situada na Rua das Palmeiras, 55, no bairro do Botafogo, Rio de Janeiro. O Conselho do Instituto era composto por Álvaro Vieira Pinto,

Raul Prebisch, economista argentino, foi figura central, tanto para a constituição da CEPAL, como para construção da ideologia desenvolvimentista na Argentina e na América Latina. Foi o segundo secretário-geral do instituto e, antes de ir para a CEPAL, havia trabalhado em diversos órgãos públicos em seu país de origem, onde iniciou suas formulações teóricas sobre o desenvolvimentismo, sintetizadas em sua obra *Introdução à Keynes*.

Neste trabalho, Raul Presbisch estuda a questão do desemprego no capitalismo. Ele percebe que o fenômeno se acentua nas depressões periódicas da economia, e resulta em grave perda das forças produtivas e em prejuízo do nível de vida das classes populares. O economista se contrapõe à tese de que a economia latino-americana se modernizaria apenas com liberação das forças do mercado. Dizia que o movimento dos mercados não é linear e progressivo, mas sim circular e vicioso. A solução proposta por Prebisch seria a junção entre as propostas socialistas e liberais sintetizadas na planificação democrática, que deveria conciliar a liberdade individual, a iniciativa privada e o planejamento estatal.

Assim contestava a divisão internacional do trabalho e a teoria pura do comércio internacional. Defendia uma política econômica intervencionista, protecionista e industrializante para gerar estabilidade, controle social e liberdade de iniciativa.

É também de Prebisch um dos textos iniciais mais importantes, associados tanto ao desenvolvimentismo como à modernização: *Estudio Económico de América Latina*, de 1949. Para Ana Maria Bianchi e Cleofas Salviano Júnior, trata-se de um:

(...) documento altamente engajado, que propôs e justificou racionalmente decisões de política econômica tomadas por muitos países latino-americanos após a II Guerra Mundial. É talvez um dos derradeiros esforços autênticos de se criar, no campo específico da ciência econômica, algo como ‘o pensamento latino-americano’. (REGO, 1996, p. 165).

Alberto Guerreiro Ramos, Augusto Frederico Schmidt, Atílio Vivacqua, Horácio Lafer, João de Scantimburgo, Flaminio Fávero, Levi Carneiro, Lucas Lopes, Pedro Calmon, Roberto de Oliveira Campos, Cândido Antonio Mendes de Almeida, Hélio Jaguaribe, Ewaldo Correia Lima e Nelson Werneck Sodré. Antes da criação do ISEB, já havia uma relação entre Juscelino Kubitschek e alguns dos integrantes do instituto. Nelson Werneck Sodré em seu livro *A Verdade sobre o ISEB* (Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1978, p. 11) conta que, quando “se desencadeou a tempestuosa campanha pela sucessão de Café Filho, atraídos pela candidatura de Juscelino Kubitschek, alguns passaram a cercá-lo, fornecer-lhe assessoria. A política chamada, desde então, de desenvolvimentismo foi formulada por essa assessoria, em que pontificavam os economistas do ISEB, quase todos afeiçoados às teses da CEPAL. A afirmação da fidelidade à CEPAL tornou-se uma espécie de identificação para eles, a marca, a senha”.

Este primeiro texto foi apresentado para uma platéia de governantes, assessores e economistas no intuito de convencer os dissidentes e condensar um discurso e uma política para a América Latina. O documento defendia a tese que a economia mundial seria uma estrutura formada por centro-periferia que se auto-reproduz eternizando e acentuando a absorção dos resultados dos progressos técnicos pelos países desenvolvidos.

Isto acontecia, segundo Prebisch, porque:

- a) O empresariado no centro capitalista tem maior capacidade de concorrência e força política para reter os ganhos do progresso técnico.
- b) Os países periféricos possuem fragilidade na concorrência e debilidade dos sindicatos.
- c) As classes dominantes dos países periféricos têm grande propensão ao consumo ostentatório e imitativo.

Os cepalinos propõem um novo pacto internacional, fundado no Estado mundial de bem-estar, que imporá limites aos interesses individuais nacionais. Baseados nas teorias keynesianas, apostam na possibilidade de organizar racional e sistematicamente a irracionalidade do mundo micro dos empreendedores e consumidores.

Contudo, para isso, seria necessário mais um esforço dos países latino-americanos: concentrar renda e dirigi-la ao investimento na industrialização. A questão da distribuição de renda ficava para um segundo momento, bem como a luta de classes.

Com suas propostas, a CEPAL questionava os governos e a sociedade da época. As burguesias nacionais precisavam assumir a liderança dos seus países e não romper com o capitalismo imperialista. As classes populares, inicialmente excluídas dos lucros da industrialização, precisavam conformar-se a trabalhar disciplinadamente. E, ainda, era preciso fazer com que os países centrais abrissem mão das suas históricas vantagens competitivas.

De um modo geral, os textos da época tinham, como norteador, a idéia central da consolidação de um Estado Nacional. Seus autores acreditavam na possibilidade de convencer todos que, se agissem conforme suas orientações, tudo daria certo no futuro e que as divergências deveriam ser postas de lado momentaneamente. Acreditavam na possibilidade de um projeto racional que criasse resoluções consensuais plausíveis e levasse a uma Sociedade Mundial Planificada.

Gabriel Guzmán descreve os princípios básicos da CEPAL em torno dos seguintes postulados: atitude crítica e militante em relação ao centro industrial, e a favor da periferia e pressão sobre os governos da América Latina para que promovessem a industrialização, baseada no mercado interno. A partir destes princípios, ele identifica quatro etapas relativas ao pensamento cepalino.

A primeira, entre 1948 e 1953, caracterizada pela gestação de uma nova escola de pensamento econômico. Os documentos básicos deste período são *El desarrollo latinoamericano y algunos de sus principales problemas*, *Estudio Económico de America Latina*, *CEPAL: Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico*.

A segunda fase, entre 1954 e 1958, teria como temas centrais a planificação econômica, a cooperação econômica internacional, o interesse mais agudo pelas questões sociais, distribuição de renda, diferenças regionais, inflação e os estudos empíricos sobre Brasil, Colômbia, Bolívia, Argentina, Peru e Panamá.

A terceira fase, situada entre 1958 e 1963, e marcada pelo início das discussões entre economistas defensores de uma política monetarista e os estruturalistas, afirma a necessidade de integração regional, das reformas de base, das atividades do Banco Interamericano de Desarrollo, criado em 1961, e do Instituto Latino Americano de Planificación Económica y Social (ILPES), criado em 1962.

Na quarta fase, entre 1963 e 1968, começa um período crítico de revisão do processo de industrialização da América Latina e das experiências de planificação da região. Os teóricos começam a rever a tese sobre o processo de substituição de importações como solução para os problemas da dependência comercial. Sustentam que ele é apenas um processo de transformação que carrega consigo sérias limitações. A respeito da planificação, começam a afirmar que o problema não é apenas técnico ou administrativo, mas relacionado à falta de penetração da política econômica nas decisões cotidianas.

O núcleo inicial cepalino era formado por intelectuais de vários países da América Latina. No Brasil, Aníbal Pinto e Celso Furtado, que, posteriormente também fariam parte do ISEB.

Além dos intelectuais ligados à CEPAL, citamos, ainda, a colaboração de Gino Germani e Medina Echevarría que se destacaram, individualmente, e também tiveram como cerne de seu pensamento a questão da modernização dos países da América Latina.

Atualmente, há vários estudos sobre o ISEB, nas diferentes áreas do conhecimento. Alguns trabalhos enfocam o discurso econômico, ou a ação política. Outros, as formulações ideológicas ou a prática individual de seus integrantes. O instituto é considerado, por alguns estudiosos, o principal laboratório da ideologia desenvolvimentista no Brasil.

Em seu interior existiam, basicamente, duas correntes: a capitalista e a socialista. Ambas propunham a oposição entre a tradição e a modernização, matriz básica de toda a teoria desenvolvimentista. Por tradição, entendiam sociedades rurais, regidas por uma economia de subsistência e valores arcaicos; por modernização, entendiam a predominância das relações urbanas, competitivas, onde prosperaria a livre concorrência e a individualidade, a ser alcançada através da industrialização.

Caio de Navarro Toledo analisou grande parte das 31 obras que o ISEB produziu no período correspondente ao governo de Juscelino Kubitschek e afirmou que "verificadas as transformações nas estruturas materiais do país, industrialização, urbanização e rompido o complexo semi-colonial pode-se então forjar uma ideologia que sustente e incentive o desenvolvimento incipiente." (TOLEDO, 1977, p. 232).

Para este autor não existia apenas "uma" ideologia isebiana, mas diversas "ideologias". No entanto, estas não poderiam partir de qualquer formação ideológica, mas todas teriam que ter necessariamente e explicitamente, como fio condutor, um conteúdo nacionalista.

Alzira Alves de Abreu (1975) caracteriza o ISEB como um grupo de intelectuais ligados por uma preocupação comum, o desenvolvimento do país. E para procurar influenciar as decisões do governo e pressioná-lo a adotar as propostas do ISEB, aliou-se a outros grupos da periferia do poder.

Para os isebianos a contradição nação e anti-nação representaria a contradição principal na formação social brasileira. Nas palavras de Alberto Guerreiro Ramos, segundo Caio de Navarro Toledo:

Os antagonismos essenciais da sociedade brasileira são atualmente os que exprimem na polaridade, estagnação e desenvolvimento, representados por classes sociais de interesses conflitantes e, ainda, nação e anti-nação, isto é, um processo relativo a personalização histórica contra um processo de alienação. (TOLEDO, 1977, p. 239).

Esta compreensão levava os estudiosos do ISEB, durante o governo de Juscelino Kubitschek, a considerarem a questão do "nacionalismo" como ponto central de suas

análises. Isso significava que a luta de classes, também, ficava relegada a um segundo plano, naquele momento. Se existia concordância no tocante à identificação das forças que favorecem o desenvolvimento nacional, o mesmo não ocorria quanto à caracterização da ação dos países desenvolvidos. O grupo de esquerda, inspirado nas teses do PCB (Partido Comunista Brasileiro), utilizava-se do conceito de "imperialismo", enquanto os da direita falavam em "centros dominantes" ou "metropolitanos".

Hélio Jaguaribe, sociólogo, advogado e empresário, figura central entre os fundadores do ISEB, representante da burguesia industrial, assim definiria o papel do capital estrangeiro no país:

(...) o que torna nacionalista a atual política do petróleo não é o fato de a Petrobrás ser uma empresa do Estado brasileiro, dirigida por brasileiro, etc. Em tese, a política nacionalista do petróleo poderia ser realizada pela Standard ou qualquer outra empresa, desde que concretamente na situação presente do país essa fosse a forma mais eficaz de explorar o petróleo brasileiro e proporcionar à economia nacional o pleno uso e controle de tal matéria. (IDEM, p. 239)

Esta concepção foi dominante na ação de governo de Juscelino Kubitschek, que a utilizou para realizar uma virada ideológica e científica no país, criando, entre as novas gerações de políticos, professores, estudantes e trabalhadores, um consenso para seu projeto modernizador.

Alexsandro Eugênio Pereira observa duas diferentes posições relativas ao papel histórico do ISEB. A primeira, segundo ele, defendida por Maria Sylvia de Carvalho Franco:

Maria Sylvia de Carvalho Franco considera que o objetivo dos intelectuais do ISEB em formular uma 'ideologia' do desenvolvimento – destinada a orientar as consciências para a tomada de posição a favor do desenvolvimento industrial – guarda em si germes de um conservadorismo e de um autoritarismo. Trata-se, segundo a autora, de um pensamento (o isebiano) marcado por um esvaziamento conceitual e por uma 'falta de precisão teórica' que cumpririam uma tarefa ideológica: a de encobrir as contradições de classe existentes na sociedade brasileira, escamoteando o conflito inerente entre as classes fundamentais do sistema capitalista. A 'ideologia' isebiana seria também uma ideologia de classe: a ideologia da classe detentora do poder econômico e social. (...) com base na primazia da consciência dos que monopolizam o saber e o poder (o cientista, o filósofo, o industrial, o burocrata), cujas representações são qualificadas de autênticas e verdadeiras porque estariam refletindo a imagem do processo histórico e de seus limites. (PEREIRA, 1988, p. 8)

A segunda posição é defendida pelo cientista político Bolívar Lamonier no artigo: *O ISEB: notas à margem de um debate*. Lamonier discorda da interpretação de Maria

Sylvia C. Franco e chama a atenção para a importância da produção intelectual do ISEB dentro do contexto político e intelectual do período no qual ela foi elaborada.

Quem quer que se lembre dos anos 50 há de saber que, para muitos, o jargão nacionalista significava justamente o oposto da alegada mistificação. Significava tomada de consciência de inúmeros problemas, entre os quais o da desigualdade, quer ou não percebida em termos de estrutura de classes; e sobretudo, significava abertura política, abertura de espaço maior para a participação. (LAMOUNIER, 1979, p. 11)

Para ele a questão de classes não deve ser superestimada, asseverando que os trabalhos do ISEB possibilitaram um “diagnóstico substantivo sobre o país”.

De qualquer modo, o surgimento da ideologia desenvolvimentista foi fundamental para que as mudanças dos anos 50 pudessem ocorrer e fossem aceitas pela sociedade e não só pela classe dominante. Ela defendia a superação das desigualdades sociais através da formação de um mercado interno capaz de consumir os produtos industrializados. Eram idéias simpáticas às classes média e popular que vislumbravam, através da industrialização, uma rápida modernização do país. Na época, isto significava progresso e viabilidade de alcançar o padrão de vida dos países desenvolvidos.

Desta forma, tanto no Brasil como na Argentina, as idéias sobre a necessidade da modernização econômica surgiam com toda força como alternativa capaz de resolver os problemas nacionais.

A política desenvolvimentista para o setor cinematográfico

Se, do ponto de vista político, a implementação do projeto desenvolvimentista gerava sua própria contradição ao juntar setores progressistas da burguesia nacional a setores da classe média e operária, na área cinematográfica sua implantação trouxe alguns benefícios que propiciaram a reativação do setor, tanto no Brasil como na Argentina. No Brasil,

(...) a noção de cinemateca surgiu apenas às vésperas da Segunda guerra mundial. O cine-clubismo deixou de ser passatempo de uma elite restrita para virar uma ação cultural de massas (...) geralmente por iniciativa de militantes católicos ou de esquerda (...). O primeiro Clube de Cinema de São Paulo nasce em 1940, porém o primeiro congresso de clubes de cinema reuniu-se dez anos depois. A Cinemateca Brasileira (São Paulo) assume sua configuração autônoma apenas em 1956: a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro foi criada no ano seguinte. (PARANAGUÁ, 1984, p. 71)

Do ponto de vista institucional, a década de 50 foi marcante nas áreas de produção cultural, pois neste momento foram realizadas diversas atividades artísticas e culturais, tais como a criação do Museu de Arte de São Paulo (1947), o Museu de Arte Moderna (1949), a criação do Teatro Brasileiro de Comédia e da Companhia Cinematográfica Vera Cruz, além das primeiras bienais de artes plásticas, exposições e concertos.

Jean-Claude Bernardet e Maria Rita Galvão, em *Cinema: repercussão em caixa de eco ideológica (as idéias de “nacional e “popular” no pensamento cinematográfico brasileiro)*), abordam a questão da ideologia e do cinema nos anos cinquenta. Segundo eles, coexistiam basicamente dois grupos de cinema no Brasil: um ligado à empresa Vera Cruz e outro à *Revista Fundamentos*:

O primeiro malha a burrice nacionalista do outro, o favorecimento só do mau cinema por defender uma legislação inepta, a má fé ao manipular os Congressos dos quais as resoluções finais refletem as posições de Fundamentos e adjacências. O outro lado malha o cosmopolitismo do primeiro seu espírito decadente e deletério, sua subserviência. (BERNARDET e GALVÃO, 1983, p. 63).

A predominância da ideologia nacional desenvolvimentista permitirá poucos espaços para o pensamento cosmopolita e criará uma situação onde as concepções sintonizadas com a realidade brasileira prevaleceriam. Eram idéias predominantes no setor cinematográfico pós Vera Cruz e que eram expressas na revista *Fundamentos*. Entre seus colaboradores encontramos Carlos Ortiz, Alex Viany, Rodolfo Nanni cujos trabalhos são uma defesa do cinema brasileiro, nacional e popular.

Nelson Pereira dos Santos⁴ era um dos teóricos da revista *Fundamentos* e, como tal, também propunha-se realizar um cinema que abordasse as questões nacionais. Por isso, “foi o pioneiro na abordagem consciente do desnível social e no empenho declarado de colocar na tela o rosto do povo urbano.” (NASCIMENTO, 1981, p. 42)

Suas idéias se contrapunham às dos cineastas da Vera Cruz que, segundo ele, traçavam uma visão desmoralizante e pessimista do povo, disseminavam idéias anti-nacionais, fatalistas e preparavam um clima psicológico para a política de dominação imperialista.

Mas, mesmo criticando estes setores, Nelson Pereira dos Santos não se aliará completamente ao pensamento nacional desenvolvimentista. Segundo Jean-Claude

⁴ Nelson Pereira dos Santos nasceu em São Paulo, em 22 de outubro de 1928. Realizador, articulador e teórico do cinema nacional, pioneiro do cinema novo, realizou 22 longas-metragens, entre os quais se destacam *Rio, 40 Graus* (1955), *Rio, Zona Norte* (1957), *Vidas Secas* (1963), e *Como era gostoso o meu francês* (1971). Seu mais recente filme é *Brasília, 18%* (2005).

Bernardet, as posições do cineasta revelam uma concepção negativa sobre o papel da burguesia neste período histórico. Representava também uma contradição com os setores socialistas ou de esquerda que se ligavam ao pensamento desenvolvimentista e que consideravam positiva a ação da burguesia nacional brasileira. Embora militante do PCB, Nelson Pereira dos Santos entendia que o inimigo burguês não estava apenas no campo internacional, mas também agia no interior do País através da exploração e exclusão social.

Além disto, Nelson Pereira dos Santos e os cineastas defensores do “nacionalismo” não eram contra a indústria Vera Cruz. Ela significava, para eles, maior campo de trabalho e possibilidade de se fazer cinema no Brasil. O que eles criticavam era a ausência ou a inadequada abordagem da temática nacional. Quando analisamos as resoluções dos congressos de cinema da época, freqüentados prioritariamente pelos cineastas de esquerda, verificamos que elas refletiam uma postura intervencionista, protecionista e até industrializante. Na verdade, as propostas defendidas pelos cineastas para o setor eram muito identificadas com o discurso nacional-desenvolvimentista.

Estas idéias também podem ser observadas em textos do cinema argentino. O cineasta Fernando Birri⁵, no programa de apresentação do filme *Tire dié*⁶, escreve:

Com esta primera experiencia, producto moral y técnico de la voluntad de hacer de sus alumnos, el Instituto de Cinematografía de la Universidad del Litoral espera: 1) Colaborar en la medida de sus jóvenes fuerzas a la superación de la crisis actual del cine argentino aportando América Latina mismo una problemática nacional, realista y crítica, hasta ahora inédita. 2) Afianzar las bases para una futura industria cinematográfica local, santafesina, de repercusión nacional, en la medida que los alumnos se perfeccionen técnicamente con la periodicidad del aprendizaje cotidiano (BIRRI, 1964, p. 52)

⁵ Fernando Birri nasceu em Santa Fé, Argentina, em 13 de março de 1925. Em 1956, fundou a Escola de Cinematografia, na Universidade do Litoral, em Santa Fé, primeira escola de documentários da América Latina. Em 1963, após passar pelo Brasil, fugindo da ditadura Argentina, exila-se em Roma. Seus filmes mais conhecidos são *Tire dié* (1958) e *Los inundados* (1962). Em 1986, tornou-se o primeiro diretor da *Escuela Internacional de Cine y TV de San Antonio de los Baños* – Cuba, a Escola de Três Mundos, como prefere chamá-la. A Escola é um Centro de formação para realizadores de América Latina, Ásia e África.

⁶ *Tire dié* (1958) foi o primeiro documentário realizado pelo Instituto de Cinematografia de Santa Fé, da Universidade do Litoral.

Na Argentina, o setor cinematográfico estava, praticamente, paralisado desde o golpe militar de 1955. Nos levantamentos de Torres Martinez e Estremera Pérez temos:

En los dos años de intermedio de la caída del general Perón y el nombramiento del Doctor Frondizi como presidente de la Republica, las crisis cinematografica se agrava considerablemente; producción descende en 1956 a 36 películas y en 1957 a 16; ésta es una de las razones por las cuales emigran los realizadores que habían dirigido la mayoría de las películas de la etapa peronista. (MARTINEZ e PERÉZ 1973, p. 19).

De um modo geral, esta retração ocorre em todo o continente. O boicote da indústria norte-americana, que não queria o desenvolvimento das indústrias nacionais, e a incapacidade da indústria cinematográfica latino-americana em reagir com eficácia resultou na quebra dos estúdios.

A derrocada do setor cinematográfico argentino deveu-se, também, à eliminação do sistema de crédito oferecido pelo Estado. Outro fator decisivo foi a rígida censura e outras medidas impostas pelo golpe militar que dificultaram a produção e até a importação de fitas para gravação.

A partir de 1957, após a eleição de Arturo Frondizi, esta situação começa a modificar-se. Neste ano é criado o *Instituto Nacional del Cine*, um novo sistema de financiamento estatal e a censura diminui. Ocorre, ainda, um fortalecimento dos cineclubes que já existiam desde 1947. É o caso do *Club gente de cine*, precursor da Cinemateca argentina, e o *Cine club nucleo*, criado em 1954. Também cresce a circulação das revistas *Gente de cine* e *Tempo de cine*.

Pierre Estremera afirma que:

(...) durante estes años, a través de cine-clubs y revistas especializadas, principalmente 'Gente de cine' y 'Cuardenos de cine', fundadas respectivamente em 1951 y 1954, se vá creando un grupo de intelectuales interesados por el cine que, después de la apertura de la censura que supuso la caída del peronismo, pasa a la realización de cortometrajes. En 1956 se crean la Asociación de Cine Experimental, la Asociación de Realizadores de Cortometrajes y, dirigida por Fernando Birri, empieza a funcionar la Escuela de Cine de la Universidad Nacional del Litoral de Santa Fé, puntos de reunión de este grupo que, en los años siguientes, realiza una serie de cortometrajes, entro los que destacan: 'Llega em circo y Cachivache de Enrique Dawi, Carolina y Hombrecito de Alejandro Saderamn, (que posteriormente se va a trabajar a Cuba) Sinfonía en do bemol de Rodolfo Khun, Biografías de Manuel Antín, Garbartes de Simón Feldman, Buenos Aires de David J. Kohon y Tire dié de Fernando Birri, el mejor y más importantes de ellos, realizado em colaboración con sus alumnos de la Escuela de Santa Fe, dentro de un tono neorrealista y con una gran personalidad que,

desgraciadamente, se trata de imitar posteriormente pero sin igualar nunca la perfección de sus resultados. (MARTINEZ e PERÉZ 1973, p. 19).

Além destes diretores consideramos importante citar, também, Leopoldo Torre Nilsson que, com seu filme inicial, *La casa del ángel* (1957), faz uma ácida crítica das classes dominantes argentinas sob a perspectiva existencial, colocando o cinema argentino no cenário internacional. Verifica-se, portanto, o arraigamento das idéias destes novos cineastas associado ao momento de reabertura democrática que se iniciou com o governo de Arturo Frondizi.

Comparando propostas: Nelson Pereira dos Santos e Fernando Birri

Há pontos em comum nas propostas teóricas de Fernando Birri e Nelson Pereira dos Santos. Elas se destacam pela busca de possíveis saídas para o cinema latino-americano. Os problemas levantados pelos diretores passavam, em geral, por uma análise da sociedade e pela busca de soluções para os problemas sociais da América Latina. Neste sentido é que vemos uma articulação entre o discurso dos cineastas e o dos ideólogos do desenvolvimentismo, principalmente dos setores progressistas ou da esquerda.

A *Brevísima teoría del documental social en Latinoamérica*, de autoria de Fernando Birri, é muito elucidativa neste sentido:

El subdesarrollo es un dato de hecho para Latinoamérica, Argentina incluida. Es un dato económico, estadístico. Palavra no inventada por la izquierda, organizaciones “oficiales” internacionales (ONU) y de América Latina (OEA, CEPAL, ALALC) la usan habitualmente en sus planes e informes. No han podido menos de usarla. Sus causas son también conocidas: colonialismo, de afuera y adentro. El cine de estos países participa de las características generales de esa superestructura, de esa sociedad, y la expresa con todas sus deformaciones. Da una imagen falsa de esa sociedad, de ese pueblo, escamotea el pueblo: no da una imagen de ese pueblo. (AVELLAR, 1995, p. 41)

Nelson Pereira dos Santos dizia, por sua vez:

Minha geração estava profundamente ligada aos problemas do país, preocupada em estudar o Brasil, ler os autores brasileiros, os sociólogos, e buscando uma participação política muito acentuada, participação esta no sentido de transformar esta realidade. (GALVÃO, 1981, p. 51)

Nos congressos, discussões e realizações, os diretores da época procuravam articular as questões nacionais com as dos outros países do continente. Eles acreditavam que as

soluções dos problemas do cinema latino-americano estava na união de forças entre os produtores da área cinematográfica. Acontece neste período o “I Congresso Latino Americano de Cineastas Independentes”, entre 19 e 25 de maio de 1958, na cidade de Montevideu, no Uruguai. Dele participam delegações da Argentina, Chile, Brasil, Peru, Bolívia, Uruguai, Venezuela. Paralelamente é realizado o III Festival Internacional do Cinema Documentário e Experimental.

O Congresso tinha como objetivo:

(...) plantear y resolver en la medida de lo posible, los problemas de la producción y distribución de los realizadores independientes de América Latina. El Congreso partía de una realidad bien clara y significativa: mientras no existía un sólido conocimiento y colaboración mutua entre los cineastas de este parte del continente. (TRELLES, 1961, p. 15)

Os cineastas procuravam resolver questões a respeito da produção e distribuição dos filmes latino-americanos para que a produção circulasse e fosse conhecida entre os países do continente. A primeira solução apontada pelos diretores era a criação da cooperativa de produtores e realizadores latino-americanos, integrada em princípio por Nelson Pereira dos Santos (Brasil), Manuel Chiambi (Peru), Jorge Ruiz (Bolívia), Danilo Trelles (Uruguai) e Patricio Kaulen (Chile).

Segundo Danilo Trelles,

(...) a presença de Nelson foi muito importante, significou uma saída para o cinema latino-americano. E por que? O cinema que se via então na América Latina era o americano, com custos muito altos de produção, que alijava as possibilidades dos cineastas latino-americanos (...). Quem estava em Montevideu também era o diretor argentino Fernando Birri, que iniciava uma verdadeira revolução no gênero do documentário na América Latina. (SALEM, 1987, p. 141)

A referência a Nelson Pereira dos Santos se deve ao fato de este diretor já ter realizado, a esta época, *Rio, 40 Graus* através do sistema de cotas e produção independente.

Birri havia viajado para apresentar o documentário *Tire dié* produzido por sua equipe e seus alunos da Escola de Santa Fé.

Curiosamente, em todas as etapas da minha vida há sempre um vínculo com o Brasil. Meu primeiro vínculo com o país se produziu fora dele, no Uruguai, em um festival que de alguma maneira antecipou os demais festivais do cinema latino-americano: o Festival de Sodre, em 1958. Fez-se uma exposição de fotos documentais da Escola de Cinema da Universidade Nacional do Litoral de Santa Fé, e neste momento Nelson Pereira dos

Santos apresenta *Rio 40 Graus*. Aí nos conhecemos, e aí conheço pela primeira vez este novo cinema latino-americano. (ALMEIDA e MUNIZ, 1997, p. 3)

Deste modo podemos ver que, no período analisado, existe um grande fluxo de idéias e troca de experiências entre os vários setores da cultura latino-americana.

Se a questão latino-americana estava presente no universo do cinema do continente, a questão nacional era o pilar para a construção deste projeto. Tanto Nelson Pereira dos Santos quanto Fernando Birri se pautavam por um discurso em defesa do cinema nacional, entendido como instrumento de fortalecimento da cultura de cada país. Para ambos, a cultura era sinônimo de cultura popular, ou do que acreditavam ser cultura popular.

Nelson Pereira dos Santos e Fernando Birri se apropriaram da retórica nacional desenvolvimentista, dos dados fornecidos pelos estudos sociológicos, órgãos governamentais e internacionais e elaboraram suas próprias teorias cinematográficas. Mas criticavam os setores que aceitavam o tipo de desenvolvimento proposto pelo projeto nacional desenvolvimentista no que diz respeito à sua opção por uma sociedade capitalista. Também criticavam sua submissão ao imperialismo norte-americano. Seus principais filmes, da metade dos anos 50, início dos 60: *Tire dié*; *Los Inundados*; *Rio, Zona Norte* e *Rio, 40 Graus* são permeados por conceitos básicos dos ideólogos desenvolvimentistas, como centro-periferia e dualismo, características da sociologia dos anos cinquenta.

As idéias dos cineastas, portanto, mantém íntima relação com o desenvolvimentismo. Mas, enquanto os discursos políticos afirmam a necessidade de alcançar o desenvolvimento a qualquer preço, sem que fosse preciso “olhar” e denunciar as causas históricas do subdesenvolvimento, os cineastas afirmam, justamente, o contrário. Eles partem do princípio de que é preciso mostrar, denunciar, criticar, rever a história latino-americana e o seu resultado, ou seja, o subdesenvolvimento. Segundo Fernando Birri: “*poner-se frente a la realidad con una cámara y documentarla, documentar el subdesarrollo*”. (BIRRI, 1964, p. 42)

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves. *Nationalisme et action politique au Brésil: une étude sur l'ISEB*. Thèse (Doctorat de 3^o Cycle). Paris, Université René-Descartes, 1975.

ALMEIDA, Miguel de & MUNIZ, Sérgio. *Fernando Birri, cinema aberto: entrevista a Miguel de Almeida e Sérgio Muniz*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1997.

AVELLAR, José Carlos. A ponte clandestina: Birri, Glauber, Solanas, Getino, García Espinosa, Sanjinés, Aléa - Teorias de cinema na América Latina. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora 34, 1995.

BERNARDET, Jean C. e GALVÃO, Maria Rita. *Cinema: repercussão em caixa de eco ideológica (as idéias de “nacional e “popular” no pensamento cinematográfico brasileiro”)*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BIRRI, Fernando. *La Escuela Documental de Santa Fé*. Santa Fé: Editorial Documento, 1964.

DONGUI, Julio Halperin. *História da América Latina*. São Paulo: Circulo do Livro, 1970.

FABRIS, Mariarosaria. *Nelson Pereira dos Santos: um olhar neo-realista?* São Paulo: Edusp, 1994.

GALVÃO, Maria Rita. *Burguesia e cinema: o caso Vera Cruz*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1981.

LAMOUNIER, Bolívar. *O ISEB: notas à margem de um debate. Discurso*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, n^o 9, nov./1978, p. 153-8.

LIMA, Mônica Cristina Araujo. *Nelson Pereira dos Santos e Fernando Birri: imagens do (sub) desenvolvimentismo*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina - PROLAM, Universidade de São Paulo, 2000.

MARTINEZ, Torres e PERÉZ, Estremera. *Nuevo cine Latino Americano*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1973.

MORAES, Reginaldo. *Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as idéias da Cepal*. São Paulo: Ática, 1995.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia e cultura brasileira (1933 - 1974)*. São Paulo: Ática, 1977.

NASCIMENTO, Hélio. *Cinema brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

PARANAGUÁ, Paulo Antonio. *O Cinema na América Latina: longe de Deus e perto de Hollywood*, Porto Alegre: L&PM, 1984.

PEREIRA, Alexsandro Eugenio. *Estado, capital estrangeiro e desenvolvimento econômico na produção intelectual do ISEB (1955-1964)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1988.

REGO, José Márcio (Org.). *Retórica na economia*. São Paulo: Editora 34, 1996.

RODRIGUES, Octavio. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Rio de Janeiro, Editora: Forense, 1981.

SALEM, Helena. *Nelson Pereira dos Santos: o sonho do possível no cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

SMULOVITZ, Catalina. *Oposición y gobierno: los anos de Frondizi*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina/ Biblioteca Politica Argentina, 1988.

TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.

TRELLES, Danillo. Cine en Latino America. *Tiempo de Cine*. Argentina, n. 8, ano II, oct/nov., p. 15-18, 1961.